

## Agenda climática: a hora e a vez do Brasil<sup>1</sup>

Ricardo Guimarães<sup>2</sup>

Eventos extremos. Essa é a sensação que boa parte dos brasileiros têm vivenciado. E não é à toa -- o inverno deste ano foi um dos mais quentes desde 1961 segundo registros do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). A forte onda de calor também não se limitou ao nosso país e vizinhos. Em setembro, a temperatura média global foi 1,25°C superior à média do século 20.

Vale lembrar que o Acordo de Paris de 2015, assinado pelo Brasil e mais 194 países, tem como objetivo limitar o aquecimento global abaixo de 2°C, tendo como meta 1,5°C acima da temperatura registrada na era pré-industrial. Estamos muito perto. Na verdade, algumas regiões específicas já ultrapassaram essa barreira. Especialistas em clima afirmam agora que o teto pode ser rompido até 2027.

A boa notícia é que ainda temos tempo e a mudança na temperatura global pode ser revertida. O que é preciso, então, para que isso aconteça? Ação climática que seja transformadora. Os próximos seis anos serão decisivos para que todos os países se comprometam a diminuir drasticamente, e se possível eliminar, suas emissões de gases de efeito estufa.

A tarefa está longe de ser simples -- governos, sociedade civil e iniciativa privada terão de encontrar maneiras de operar e cooperar em formatos que ninguém jamais viu. Em termos de operação, empresas estão no início de internalizar os seus impactos na biodiversidade e meio ambiente em sistemas de contabilidade e monitoramento.

Nesse sentido, algumas iniciativas têm chamado a atenção no cenário internacional. Em junho, uma empresa suíça se tornou pioneira ao criar um "Chief Nature Officer" (CNO), um diretor responsável por avaliar riscos ambientais em diferentes setores e cadeias de valor, além de mobilizar vários

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/esg/artigo/agenda-climatica-a-hora-e-a-vez-do-brasil.ghtml>

Acessado em 29.11.2023

<sup>2</sup> CEO do BNP Paribas Brasil.

grupos, como governos e investidores. Recentemente, o banco britânico Lloyds anunciou a contratação de uma Head of Nature, posição até então inexistente. A tendência é que cargos com escopos como esses comecem a aparecer em mais organizações, assim como o Chief Sustainability Officer (CSO) já despontou -- mas são atividades diferentes e complementares, permitindo que uma mesma empresa tenha as duas posições.

Outro bom exemplo é o nosso, do Brasil. Com o governo de volta às agendas oficiais de clima e da ONU, ao mesmo tempo em que a iniciativa privada cria uma agenda complementar de apoio, o país apresenta um conjunto de fatores para atrair um novo capital climático: a oportunidade de um mercado de carbono integro, indústria de metais para apoiar a transição energética, uma matriz energética limpa e possibilidade de novas tecnologias limpas e de baixo carbono como o hidrogênio e o potencial de ser o berço global de soluções baseados na natureza, entre outros. O Plano de Transformação Ecológica tem como grande objetivo mobilizar uma agenda pública para atrair o engajamento e capital do setor privado para materializar essas oportunidades.

Dessa forma, somos um dos principais candidatos ao chamado powershoring, nova estratégia global de desenvolver a produção industrial em locais com ampla oferta de energia alternativa e limpa, ao invés de benefícios fiscais e mão de obra barata. Por meio da colaboração entre governo e iniciativa privada, a ideia é viabilizar cada vez mais novas plantas de energia renovável - eólica, solar, hidrogênio verde e biomassa, por exemplo - que podem compor um hub global de novas tecnologias verdes e atrair mais investimentos para o Brasil.

Pensando ainda nas vantagens que temos localmente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lembra sobre o compliance ambiental, o fluxo de capital pujante, forte exportação, centros de inovação e tecnologia apoiados por brilhantes universidades e pesquisadores locais, além da mão de obra qualificada. Vale mencionar que já somos o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis. É possível.

É claro, porém, que a lição de casa não está totalmente feita por aqui. A agenda ambiental e econômica não pode e não deve caminhar sozinha. No âmbito dos princípios ESG -- ambiental, social e governança -- o combate à pobreza, desigualdade, corrupção entre outros, também devem ser priorizados concomitantemente à descarbonização da economia.

Há muito trabalho a ser feito. Alguns setores, no entanto, têm vocação natural para liderar essa mudança. Foi por isso que o BNP Paribas criou uma estratégia ESG no mundo todo. O banco faz parte da NZBA (Net-Zero Banking Alliance), cujo objetivo é atingir a neutralidade das emissões de carbono nas carteiras de crédito e investimentos até 2050. Para isso, tomou a decisão de deixar de financiar projetos de petróleo, em 2016, e estabeleceu como meta ter, até 2023, 40 bilhões de euros em sua carteira de crédito relacionados à produção de energia de baixo carbono, especialmente fontes renováveis.

Além disso, foi estabelecido o ano de 2025 como prazo para que seus clientes ligados aos setores de carne e soja tenham visão total das suas cadeias de produção de forma a assegurar que não haja produtos originários de áreas desmatadas, legal ou ilegalmente, após 2008 na Amazonia e após 2021 no Cerrado.

Dessa forma, os clientes, no Brasil e no mundo, terão apoio para a descarbonização e a transição energética, causando impacto em diferentes setores-chave rumo a uma nova economia climática.